PROCESSOS DE SELEÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES: CRITÉRIOS DE MÉRITO E DESEMPENHO NAS LEGISLAÇÕES ESTADUAIS

Adriana Norbert Gomes de Araujo, UNIRIO/UFRJ, adriananorbertmb@gmail.com

Ana Cristina Prado de Oliveira, UNIRIO/UFRJ, ana.oliveira@unirio.br

Luan Felipe Xavier Gomes, UNIRIO/UFRJ, luanfxg@gmail.com

Introdução

O presente trabalho integra o estudo intitulado “Processos Seletivos para Diretores Escolares: critérios técnicos de mérito e desempenho”. Este resumo apresenta exclusivamente a análise dos processos e critérios para a seleção de diretores escolares previstos nas legislações vigentes dos Estados brasileiros, com o objetivo de compreender como são definidos os critérios de mérito e desempenho. Destaca-se que os processos de seleção com base nesses critérios passam a ser exigidos para viabilizar a complementação de recursos, conforme previsto no novo Fundeb - Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Para este trabalho, foi realizada uma análise documental abrangente sobre os processos de seleção de diretores escolares nas redes estaduais de educação.

A justificativa para este trabalho encontra respaldo em pesquisas que destacam a importância da gestão escolar para a qualidade do trabalho realizado nas escolas. Diversos estudos têm apontado, a partir de diferentes abordagens e contextos, que a atuação do diretor exerce influência significativa sobre os resultados educacionais, especialmente no que diz respeito ao ensino e à aprendizagem (OLIVEIRA, 2018; SOUZA, 2012).

Desenvolvimento

O Novo Fundeb estabelece três modalidades de complementação da União para os entes subnacionais no que se refere ao Fundo. A primeira delas é a complementação-VAAF (Valor Aluno Ano no FUNDEB), destinada a estados e ao Distrito Federal, que ocorre quando o valor anual por aluno não alcança o mínimo nacionalmente definido. A segunda modalidade é a complementação (VAAT), direcionada a redes públicas de ensino municipais, estaduais ou distritais. Essa complementação é aplicada quando o valor anual total por aluno (VAAT) fica abaixo do mínimo nacionalmente estabelecido.

A terceira modalidade, complementação VAAR (Valor Aluno Ano Resultado), visa incentivar a melhoria da gestão educacional e dos indicadores de desempenho nas redes públicas. Essa complementação está vinculada ao cumprimento de condicionalidades específicas, relacionadas ao atendimento e à redução de desigualdades, conforme avaliação do sistema nacional de educação básica (BRASIL, 2020).

O foco deste estudo concentrou-se, sobretudo, na definição dos critérios técnicos de mérito e desempenho nos documentos locais, em conformidade com a primeira condicionalidade estabelecida pelo inciso I do § 1º do art. 14 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Considerando o cumprimento à Resolução n. 1, de 28 de julho de 2023 (BRASIL, 2023), que aprova a metodologia referente à condicionalidade prevista no inciso I do § 1º do art. 14 da Lei n. 14.113/2020, os entes federados foram solicitados a enviarem legislações locais normatizando o provimento do cargo de gestor escolar de acordo com o disposto na condicionalidade. O estudo completo, desenvolvido entre abril e novembro de 2024, inclui também a análise da documentação comprobatória de 26 Municípios Capitais, uma amostra de 26 Municípios de Pequeno Porte e de 26 Municípios de Médio Porte, resultando na elaboração de quatro relatórios analíticos.

Com base na documentação enviada pelos entes federados em 2023, foi realizada uma análise detalhada da definição adotada pelos legisladores para os critérios técnicos de mérito e desempenho na escolha de diretores. Assim, buscamos compreender como os entes federados interpretam os critérios de mérito e desempenho, considerando as políticas de indução atuais previstas pelo novo Fundeb, que destacam a importância de tais critérios para a escolha de diretores. Entretanto, como será demonstrado neste estudo, a definição conceitual dos termos “critérios técnicos de mérito e desempenho” parece carecer de clareza ou de um entendimento consensual, apesar de estar presente na discussão sobre o tema pelo menos desde o PNE 2014-2024. Foi nesse contexto que este estudo foi concebido.

Realizou-se um estudo documental aprofundado, baseado na análise minuciosa da documentação enviada pelos entes federados no ano de 2023, conforme destacado. Na análise foi realizada uma leitura detalhada, considerando informações como o tipo, a data e o objetivo das normativas; os requisitos e as etapas do processo de escolha de diretores; a presença explícita dos termos "critérios de mérito e desempenho" e, quando ausentes, possíveis inferências baseadas no conteúdo analisado.

As informações coletadas foram organizadas em uma planilha construída previamente para organizar os dados levantados. Por fim, as principais informações foram sintetizadas, com destaque para as etapas do processo de escolha dos estados cujas normativas incluem os termos "critérios técnicos de mérito e desempenho" e aqueles cuja ausência desses termos demandou a realização de inferências.

Sobre os documentos enviados pelas 27 secretarias estaduais (incluindo Distrito Federal) que regulamentam a escolha de diretores, foram identificados diferentes tipos, incluindo leis (16), o que sugere que, em alguns estados, estão previstos processos de normatização do tema mais democráticos. Além disso, foram encontrados editais (19), decretos (7), portarias (9), resoluções (3) e outros documentos. Entre os achados, observou-se que em muitos dos estados havia processos de escolhas de diretores com etapas de consulta pública e etapas de verificação de critérios de mérito e desempenho.

Um dos aspectos analisados foi se os documentos esclareciam as etapas do processo de escolha de diretores naquela rede e quais eram essas etapas. Observou-se que a maioria dos estados adota processos com mais de uma etapa para a escolha de diretores. Entre as etapas presentes em parte dos estados estão, por exemplo: a apresentação de declaração que comprove a inexistência de processos administrativos disciplinares; a avaliação do currículo e do plano de gestão; a realização de prova de conhecimentos gerais sobre gestão escolar; a consulta pública; e a participação obrigatória do gestor em curso de gestão escolar oferecido pelas secretarias. Por outro lado, alguns estados adotam apenas a consulta pública e o curso de gestão como etapas do processo.

Sobre os aspectos técnicos de mérito e desempenho encontramos uma variedade de interpretações desses termos, na maior parte das vezes estando implícitas. Entre esses documentos, 20 estados não possuem normativas que utilizam explicitamente os referidos termos, e apenas 7 estados enviaram normativas que incluem os termos "critérios de mérito e desempenho" no corpo do texto. Desse modo tivemos que inferir o que os estados estavam entendendo sobre critérios de mérito e desempenho.

Em relação aos critérios de mérito, encontramos em quase todos os estados: exigência de formação inicial, não ter impedimento legal (Elegibilidade), e ter experiência anterior como professor ou servidor da rede, sendo servidor efetivo. Já em relação aos critérios técnicos de desempenho, encontramos diferentes modalidades de comprovação do desempenho dos candidatos, que envolviam análise do perfil/currículo,

curso de formação continuada (antes, durante ou após o processo seletivo), apresentação de plano de gestão (antes, durante ou após o processo seletivo) e provas.

Os dados revelam que a maioria dos processos de escolha de diretores (19 casos) inclui a exigência de apresentação de um plano de gestão. O mesmo número de casos (19) foi identificado em que as secretarias avaliam o desempenho dos candidatos por meio de provas ou avaliações, seja com questões específicas para o cargo, na modalidade de concurso, ou por meio de provas aplicadas após a conclusão de um curso específico sobre Gestão Escolar. Ademais, identificamos que a "avaliação" foi um critério que apareceu em praticamente todos os estados das regiões Norte e Nordeste, mas não esteve presente em nenhum estado da região Sul.

Considerações Finais

Neste texto apresentamos os achados de uma análise documental que buscou apresentar os processos de seleção de diretores nas redes estaduais. Especialmente, identificamos como os critérios de mérito e desempenho estão sendo compreendidos, considerando à condicionalidade do VAAR que propõe que o processo de escolha seja realizado não só por consulta pública, mas também por critérios de mérito e desempenho ou por esses critérios apenas. Os dados indicam que os processos de escolha dos diretores incluem etapas adicionais além da consulta pública e ressaltam a necessidade de que as legislações tornem mais explícitos os critérios considerados como mérito e desempenho.

Palavras-chave: FUNDEB; seleção de diretores; critérios de mérito e desempenho.

Referências

BRASIL. Lei no 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/legislacao/2020/lei-no-14-113-de-25-de-dezembro-de-2020/view>. Acesso em 6 de janeiro de 2025.

OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de. Gestão, liderança e clima escolar. Curitiba: Appris Editora, 2018.

OLIVEIRA, A. C. P. de, & GIORDANO, E. O perfil dos diretores de escolas públicas no Brasil. Educação Online, 13(27), 49–72, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36556/eol.v13i27.376>. Acesso em 6 de janeiro de 2025.

SOUZA, A. R. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. **Revista Brasileira de Educação**, vol.17, n.49, pp. 159-174, jan./abr. 2012.